



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

# CLIPPING

CLIPPING ELETRÔNICO

Recortes de notícias sobre educação

# Maioria vence

Professores. Assembleia geral contraria decisões regionais e vota pela continuidade da greve. O governo do Estado mantém a última proposta.

**(Notícias do Dia, Especial, p. 3)**

Senhores Diretores, Gerentes e Assessores,

Comuniquem à Assessoria de Comunicação, com a devida antecedência, projetos, eventos e ações que mereçam divulgação pública.

Leiam as notícias da Secretaria de Estado da Educação, acessando ao site [www.sed.sc.gov.br](http://www.sed.sc.gov.br) e clicando em IMPRENSA

Acompanhem também o site do governo: [www.sc.gov.br](http://www.sc.gov.br)

**Data: 7/7/11**



CLIPPING

Veículo: Notícias do Dia

Editorial: Especial

Data: 07/07/11

Assunto: Minoria vence

Página: 03

# Minoria vence

**Professores. Assembleia geral contraria decisões regionais e vota pela continuidade da greve. O governo do Estado mantém a última proposta**

JOÃO MEASSI

[joao@noticiasdodia.com.br](mailto:joao@noticiasdodia.com.br)

@joao\_ND

**FLORIANÓPOLIS** — A continuidade da greve dos professores frustrou as expectativas de pais, alunos e dos próprios professores estaduais, depois de 50 dias de paralisação. A assembleia geral, realizada ontem, em Florianópolis, contrariou a decisão da maioria que nas assembleias regionais votou pela volta às aulas. O placar pelo fim da greve foi de 20 a 11. Apesar da reviravolta, o governador Raimundo Colombo determinou que seja enviado para o Legislativo o projeto de lei com a última proposta

apresentado ao Sinte (Sindicato dos Trabalhadores em Educação) no domingo.

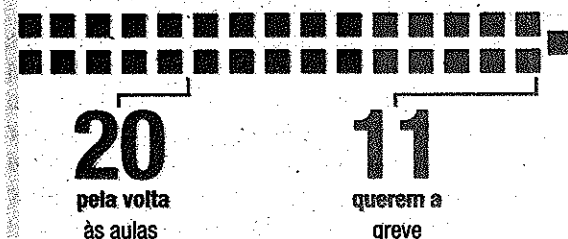
A assembleia na passarela Nego Quirido começou às 14h com cerca de 4.000 professores que ocuparam dois

lances de arquibancada e a pista central. As manifestações dos oradores eram interrompidas por vaias e aplausos dos professores. Os aplausos iam para quem pedia a continuidade da greve. E vaias para quem defendia a suspensão da greve.

Para inflamar ainda mais os ânimos dos grevistas veio à notícia, bem no meio da assembleia, que o Tribunal de Justiça confirmara a decisão de mandar o governo pagar pelos dias parados. A decisão do TJ, que manteve liminar da Unidade da Fazenda Pública, foi recebida com muita festa. Essa notícia deu aos grevistas mais motivos para continuar a greve.

Até esse momento não havia nenhuma dúvida de qual seria o resultado da assembleia. Por volta das 17h o comando de greve colocou o tema em votação. A primeira opção era a suspensão da paralisação com a manutenção do "estado de greve" por 180 dias. A segunda opção era pela continuidade do movimento.

●●●● PLACAR  
●●●● Maioria rejeitada



## Proposta de reposição

O governador Raimundo Colombo determinou que seja encaminhado para a Assembleia Legislativa (Alesc) um projeto de lei complementar (PLC), em que propõe o pagamento do piso e a reestruturação da regência de classe já no vencimento de agosto.

Na proposta final, que propõe a formação de um grupo de trabalho para debater o plano de carreira, o Governo propõe que a reestruturação da regência de classe comece já no vencimento de agosto. Os índices das séries finais e do ensino médio, que hoje estão em 17%, passariam para 20%. Os percentuais das séries iniciais, que estão em 25%, passam para 30%. Em janeiro, os índices serão pagos integralmente e voltam para 25% e 40%. Com isso, o impacto na folha de pagamento será de R\$ 27.5 milhões ao mês.

Apelo político.

Deputados e líderes políticos estavam em

meio aos grevistas. Entre eles, Dirceu Dresch, Luciane Carminatti, Jailson Lima, do PT, e Ângela Albino (PCdoB)



CLIPPING

Veículo: Notícias do Dia

Editorial: Especial

Data: 07/07/11

Assunto: Pais querem retorno às aulas

Página: 05

# Pais querem retorno às aulas

## Decepção. Famílias reclamam da paralisação e cobram o prejuízo educacional dos alunos

**SÃO JOSÉ** — Sem aula há 50 dias os pais dos alunos da rede estadual de ensino estão sem saber onde deixar os filhos no horário em que vão trabalhar. Esse é o caso da recepcionista Daniela Madalena Ramos que tem duas filhas que estudam no Colégio Estadual Francisco Tolentino, localizado no Centro Histórico de São José.

“Elas estudam de manhã e por isso já almoçavam na escola, agora com a greve as despesas em casa aumentaram e quase não dou conta de pagar as contas”, protesta Daniela.

A mãe também reflete quanto ao prejuízo causado pelo longo período sem aulas. “As meninas também reclamam porque queriam ter aulas e continuar a aprendizagem. Além disso, trabalho fora no período em que elas estão na escola e agora sem

as aulas elas ficam sozinhas e eu ligando a toda hora para saber se estão bem”, relata.

Em Palhoça, Vanderlei da Rosa reforça o sentimento de revolta pela continuidade da greve. O filho André Costa da Rosa, 15 anos, aluno da 7ª série do Colégio Estadual Ivo Silveira, está com o ano letivo comprometido.

“Ele vai ao colégio, mas a bagunça é total e o aprendizado nulo”, reclama o pai, que já se prepara para buscar aulas de reforço para André não ser ainda mais prejudicado. “Esse tempo sem aula nenhum professor vai recuperar decentemente depois, sem falar que as férias e planejamento familiar estão comprometidos”, observa.

**Recuperação do período.**  
A gerente regional de Educação de Joinville, Hefiete Steingraber diz que uma das opções será a contratação de professores substitutos

## Movimento perde força na região de Tijucas

Apesar da decisão estadual, o representante do Sinte (Sindicato dos Trabalhadores em Educação), da regional de Brusque, Agenor Leal, disse ontem que o movimento deve perder força no Vale do Rio Tijucas.

“Dezenas de profissionais afirmaram que voltam às salas de aula já na segunda-feira”, garante. A categoria já havia votado pelo fim da greve em reunião na terça-feira.

O Vale do Rio Tijucas tem 22 escolas estaduais e 13 mil alunos. O Sinte estima que 95% dos professores da região tenham aderido à greve, superando a média estadual de 92%. Os educadores das oito cidades do Vale haviam decidido fazer o calendário de reposição das aulas hoje e amanhã, mas vão esperar. “Mas os professores estão largando o movimento por conta própria”, diz.



## CLIPPING

<b>Veículo:</b> A Notícia	<b>Editoria:</b> AN.Estado	<b>Data:</b> 07/07/11
<b>Assunto:</b> Greve continua		<b>Página:</b> 12

# Greve continua

## Professores de SC decidem manter paralisação que já dura 51 dias

A greve do magistério na rede estadual vai continuar e chega hoje ao 51º dia. Esta foi a decisão da maioria dos mais de cinco mil professores presentes, ontem, à assembleia estadual, realizada em Florianópolis. Para o governo, o voto representa a vontade de uma minoria, já que das 30 assembleias regionais feitas na segunda e terça-feira, 17 decidiram pelo final da paralisação.

Terminada a assembleia, os professores saíram em passeata até a Secretaria da Educação. Segundo o Sindicato dos Trabalhadores em Educação (Sinte), eram 5 mil professores. A Polícia Militar avaliou entre 2 mil e 3 mil presentes.

Mesmo com a decisão

pela continuidade, o governo voltou a afirmar que as negociações terminaram. Hoje, será encaminhado à Assembleia Legislativa o projeto de lei complementar com o texto da proposta apresentada no último domingo, em que parte dos percentuais da regência de classe – uma gratificação sobre o salário-base – será recompostas a partir de agosto.

A decisão é do governador Raimundo Colombo. De acordo com ele, essa atitude é em respeito à maioria dos professores que votaram, em assembleias regionais, pelo retorno às aulas. “A greve passa a não ter sentido e passa a ser política, com prejuízo à educação e aos alunos”, disse.

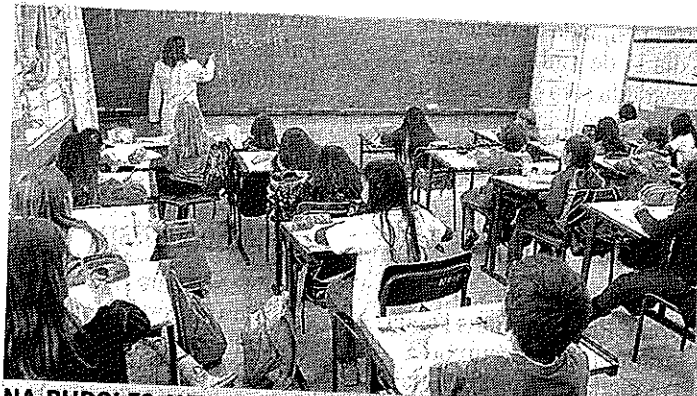
Com esta última proposta, continua valendo a formação de um grupo de trabalho, que terá quatro representantes dos professores, para discutir a carreira do magistério, alterada nas quatro opções apresentadas até então.

“O governo chegou ao limite”, disse o secretário da Educação, Marco Tebaldi.

### Ruim para Samira

A estudante Samira Santos Martins, de 11 anos, está cansada de ficar em casa. Desde o início da greve, a escola onde ela estuda, a Dom Pio de Freitas, no bairro Floresta, em Joinville, está com aula apenas nas séries iniciais. Samira, que está no sétimo ano, aguardava que a tarde de ontem fosse colocar fim à paralisação. Mas ficou triste ao saber que vai ter que esperar mais tempo para voltar à escola. “Não aguento mais ficar em casa”, resumiu.

A mãe dela, Ana Maria Borba Chaves, é professora aposentada do Paraná e já participou de uma greve quando trabalhava. Ontem, ela ligou para a diretora da escola. “Minha maior preocupação não é com a reposição dos dias e, sim, com o conteúdo”.



### NA RUDOLFO MEYER

Na escola do Floresta só 4 dos 42 professores estão parados

## Os entraves

### TABELA SALARIAL

Os professores pediam a aplicação do piso do magistério de R\$ 1.187 para toda a carreira. A diferença entre os 12 níveis de docentes – do médio ao doutorado – era de 8,48%. Esse percentual não existe mais. Os educadores querem que o Estado apresente prazos e explique como será a recomposição.

### AVANÇOS

Para os professores, não houve avanços, ou eles foram mínimos. Eles argumentam que a regência de classe nem deveria ter sido reduzida. As propostas do governo deram um salto de R\$ 14 milhões de gastos a mais por mês para R\$ 32 milhões mensais, no ano que vem.

## Calendário de reposição está pronto

A gerente regional de Educação em Joinville, Heliete Steingraber, disse que até um calendário de reposição foi montado. "Temos um compromisso com o Festival de Dança e sugerimos, nas escolas com menor índice de adesão, que se faça a sexta aula e também aos sábados". Para os alunos do terceiro, o objetivo é fazer aulas de reforço.

Na Escola Rudolfo Meyer, no bairro Floresta, o índice de professores que aderiram à greve é um dos mais baixos de Joinville. Dos 42 docentes, só quatro pararam. Uma das que não preferiram parar foi Lindaci Buffon, 44 anos. "Sei que vai atrapalhar o desenvolvimento das crianças", disse.



## CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Moacir Pereira	Data: 7/7/11
Assunto: Diversos		Página: 3

# Perdem todos

Uma pergunta feita por um professor que votou pela suspensão da greve dos professores e acatou a decisão da assembleia estadual que manteve a paralisação, talvez explique a natureza desta longa crise e a continuidade do movimento. No blog do *clicrbs*, indagou: “Quem foi o gênio do governo que reduziu a gratificação por regência de classe?”.

Conquista histórica de 1980 e considerada intocável por todos os integrantes do magistério, acabou sendo o centro de todas as negociações desde que o impasse se tornou incontornável. Mas o foco da mobilização do magistério não era, definitivamente, a recuperação dos índices pagos pela regência de classe. A greve foi motivada pelo pagamento do piso salarial na carreira. Alegam os dirigentes do Sinte e a maioria dos professores que a inédita participação de ativos e aposentados teve como mola propulsora a aplicação do piso na carreira e o respeito à lei. Como o governador Raimundo Colombo reiterou que o Tesouro não tinha finanças para cumprir a lei, ficou a campanha para que efetuassem o crédito de forma parcelada, como aconteceu em outros estados.

Assim, os avanços registrados nas reuniões do comando de greve com a Secretaria da Educação e com o próprio governador sobre a restauração da regência de classe não tiveram a repercussão desejada no magistério. Os professores já tinham este direito. Acusavam o governo de subtraí-lo e depois recuperá-lo justamente como manobra para desviar o alvo de toda a mobilização.

Os progressos nas conversações foram, assim, muito mais no plano institucional do que no financeiro. Como se criou a ideia de que a lei iria melhorar substancialmente os níveis salariais dos professores, a última proposta do governador acabou rejeitada.

## PROJEÇÕES

A maioria das assembleias regionais decidiu, por 17 a 11, que a greve deveria ser suspensa. O magistério está, portanto, rachado ao meio. Com uma singularidade que explica por que prevaleceu a tese da continuidade. Os cerca de 4 mil professores que estavam na Passarela Nego Quirido eram, majoritariamente, representantes das regionais do litoral. Tinham mais condições de transporte para viajar a Florianópolis. Os professores do Oeste, que aprovaram a suspensão da greve, compareceram em número incomparavelmente menor. Isto ficou claro já nas primeiras manifestações com faixas e cartazes. Na assembleia, a visibilidade ficou maior com os discursos inflamados pela continuidade da greve e até de críticas contundentes aos dirigentes do Sinte, alguns até vaiados pelos presentes. Este clima produziu outro fato político. Em minoria, os professores que queriam o retorno às aulas evitaram até falar para não sofrerem o constrangimento das vaias. Assim, os pronunciamentos foram, na quase totalidade, pelo prosseguimento da greve. O que vai acontecer a partir de hoje no movimento ninguém consegue prever. Oxigênio poderoso foi dado pelo desembargador Gaspar Rubick, vice-presidente do Tribunal de Justiça, que confirmou liminar mandando o governo devolver os descontos nos salários dos professores. O movimento pode ganhar uma sobrevida. Mas também corre o risco de perder o apoio dos pais, das comunidades e da área parlamentar. Assembleias regionais já voltaram a dar aulas. Professores que estiveram na assembleia anteciparam que hoje voltam às atividades. Se unido o magistério não conseguiu seu principal objetivo, como conseguiu agora, com a divisão da classe? Como reagirá o governo? Com a evidente fragilidade do racha, como sairão os professores deste novo capítulo da greve? E os graves problemas da educação que permanecem sem solução e que poderiam ser atacados com “estado de greve”, como ficam? O maior temor agora é que, com a continuidade da greve, todos percam. Os professores, o governo e, principalmente, os alunos da rede estadual.



## CLIPPING

<b>Veículo:</b> Notícias do Dia	<b>Editoria:</b> Paulo Alceu	<b>Data:</b> 07/07/11
<b>Assunto:</b> A greve continua		<b>Página:</b> 02

  
E a vida segue



**A decisão monocrática do Tribunal de Justiça mantendo o pagamento dos dias descontados de repente permite que a greve continue com o salário garantido. Greve é um direito, mas com suas consequências. Um absurdo.**

### A greve continua

Foi à decisão da assembleia. Decisão lamentada, embora a maioria das regionais votou pela volta às aulas. Uma minoria se fez maioria. A opção passou a ser o confronto. O desrespeito ao aluno. O desrespeito aos pais. Os professores a partir desse momento não estão mais reivindicando, mas promovendo uma queda-de-braço com o poder, inclusive, atacando o governador que abriu para o diálogo e dando ao movimento um perfil político. Enaltecem uma irresponsabilidade perante a sociedade. Até aqui demonstravam força em torno de direitos justos e legais. O Sindicato perdeu o controle e passou a ser dominado pela emoção e pelo ranço

de um passado que não tem mais espaço. A partir de agora terão que administrar um desgaste natural de uma decisão que não enobrece. Perderam um grande momento e certamente perderão muito apoio ao desconsiderara o aluno. Detalhe: O governador Raimundo Colombo determinou que seja enviado em forma de Projeto de Lei Complementar tudo que ficou acordado na reunião de domingo passado com os professores, inclusive, a regência de classe. O argumento do governador é de que tomou essa decisão em respeito à maioria que decidiu voltar às aulas e não a minoria que optou pelo confronto irresponsável.



### CLIPPING

<b>Veículo:</b> A Notícia	<b>Editoria:</b> Cláudio Prisco	<b>Data:</b> 07/07/11
<b>Assunto:</b> Greve acabou politizada		<b>Página:</b> 22

## GREVE ACABOU POLITIZADA

**T**iro no próprio pé. É assim que pode ser definida a decisão da maioria dos professores, reunidos ontem em Florianópolis, de dar continuidade a greve, que já caminha para o segundo mês. A paralisação do magistério, deflagrada com base em viés nitidamente reivindicatório, começa a perder legitimidade na medida em que fica evidenciada uma motivação confessadamente política.

Ora, se a maioria das assembleias regionais optou pelo retorno às aulas, como que a assembleia estadual delibera pela manutenção do movimento

grevista? Naturalmente que lideranças sindicais, também com militância partidária, conseguiram mobilizar professores das cidades litorâneas, que na véspera se manifestaram pela radicalização.

O governo pode ser acusado de tudo, menos que não tenha transigido em busca de uma solução negociada. Até pode ter se equivocado na condução, cedendo aos poucos, quando deveria já ter avançado ao limite no início dos entendimentos, mas não se recusou ao diálogo.

Agora, só resta ao Executivo honrar a proposta apresentada ao comando de greve, que acabou

desautorizado pela assembleia, encaminhando ao Legislativo projeto de lei complementar. Não restará aos parlamentares outra saída, senão aprová-lo.

Quanto à paralisação, já está caindo pelas tabelas. A média da adesão estadual não é maior do que 20%. A tendência é definhir, por esgotamento e exaustão, até pelo desgaste físico e psicológico dos professores ainda em greve.

E o governo tem a obrigação de chamar professores para substituir àqueles ainda de braços cruzados, até em respeito aos alunos, que não merecem ser penalizados com a perda do ano letivo em algumas escolas.





CLIPPING

<b>Veículo:</b> Notícias do Dia	<b>Editorial:</b> Especial	<b>Data:</b> 07/07/11
<b>Assunto:</b> Governador faz novo apelo		<b>Página:</b> 04

# Governador faz novo apelo

**FLORIANÓPOLIS** — O governador Raimundo Colombo declarou ontem que quando a decisão da minoria se sobressai sobre a maioria, quem perde é a sociedade. “Quando isso acontece, a greve passa a não ter sentido e passa a ser política, com prejuízo à educação e aos alunos. Eu faço um apelo para que os professores voltem. Fizemos a nossa parte: negociamos e estamos abertos ao entendimento”, declarou durante viagem ao Alto Vale do Itajaí.

A continuidade da greve também foi uma ducha de água fria nos planos do secretário de Estado da Educação, Marco Antonio Tebaldi, para restabelecer e recuperar as aulas perdidas. Se a greve terminasse hoje ainda seria possível salvar o ano letivo com aulas ininterruptas até dia 30 de dezembro.

O recesso escolar estava previsto para 15 a 31 de julho. Esses dias seriam aproveitados para recuperar as aulas. “Não esperava essa decisão. É muito ruim. Foi a vitória da minoria sobre a maioria”, ponderou o secretário. Com base na decisão das assembleias regionais, o secretário não tinha dúvidas do fim da greve. “O resultado contrariou nossas expectativas. Agora vamos esfriar a cabeça e avaliar o que fazer”, disse Tebaldi. Ele conversou por telefone com o governador Colombo. “Tanto eu quanto o governador ficamos sem saber o que fazer”, lamentou o secretário.

Amanhã, o secretário vai reunir os gerentes regionais de Educação para definir uma estratégia de trabalho que será apresentada ao governador.

Pelos dados da Secretaria de Educação, 30% dos servidores estão parados. O secretário acredita que muitos professores que não concordaram com o resultado da assembleia vão retornar às aulas. “Escolas que retornarem poderão concluir o ano” diz o secretário. Nas regiões Oeste, Meio-Oeste, Extremo-Oeste, Vale do Itajaí e alguns municípios do litoral, as assembleias regionais decidiram pela suspensão da greve.

Visão.  
O secretário Marco Tebaldi acredita que a decisão do T.J. de pagar os dias parados, deu combustível ao movimento, pois ocorreu no dia da assembleia estadual da categoria



## Pagar dias parados dá combustível à greve

O vice-presidente do Tribunal de Justiça, José Gaspar Rubik, determinou que o governo pague os valores descontados dos professores estaduais em greve.

O magistrado entendeu que o cumprimento da liminar que mantinha os descontos não representa grave lesão à ordem e à economia pública, já que os valores dos vencimentos dos servidores em greve constam do orçamento anual. Ele observou, ainda, a natureza alimentícia do pagamento, cuja omissão poderia trazer prejuízo maior aos funcionários.

O secretário da Educação, Marco Tebaldi, lamentou a decisão do Tribunal de Justiça, que manda

pagar os dias parados. “Em que lugar do mundo quem falta ao serviço recebe o salário”.

O secretário entende que a decisão do Tribunal de Justiça deu combustível ao movimento porque acontece no dia que os grevistas iriam decidir o destino do movimento. “Não tenho dúvida que essa decisão influenciou os rumos do movimento”.

O desembargador rebateu a alegação de nulidade da concessão em 1º grau, afirmando que o juiz de primeira instância é competente para proferir a decisão, pois a atribuição do Tribunal restringe-se à declaração de ilegitimidade da greve em si, sem abordar a validade do desconto.



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Reportagem Especial	Data: 7/7/11
Assunto: Virada de jogo – Uma greve que não acaba		Página: 6 e 7

# VIRADA DE JOGO

## Uma greve que não acaba

Assembleia estadual reverte indicativo das regionais e mantém paralisação, que chega hoje a 51 dias sem perspectiva de fim

JÚLIA ANTUNES LORENÇO

A greve do magistério na rede estadual, que chega hoje ao 51º dia, vai continuar. Esta foi a decisão da maioria dos mais de cinco mil professores presentes, ontem, à assembleia estadual, realizada em Florianópolis. Para o governo, o voto representa a vontade de uma minoria, já que das 30 assembleias regionais feitas na segunda e terça-feira, 17 decidiram pelo final da paralisação.

Terminada a assembleia, os professores saíram em passeata até a Secretaria da Educação. Segundo o Sindicato dos Trabalhadores em Educação (Sinte), eram 5 mil professores. A Polícia Militar avaliou entre 2 e 3 mil presentes.

Mesmo com a decisão pela continuidade, o governo voltou a afirmar que as negociações terminaram. Hoje, será encaminhado à Assembleia Legislativa o projeto de lei complementar, com o texto da proposta apresentada no último domingo, em que parte dos percentuais da regência de classe – uma gratificação sobre o salário-base – é recomposta a partir de agosto.

A decisão é do governador Raimundo Colombo. Segundo ele, a atitude respeita a maioria dos professores que votaram, em assembleias regionais, pelo retorno às aulas, contrariada pela assembleia estadual.

– Quando isso acontece, a greve passa a não ter sentido e passa a ser política, com prejuízo à educação e aos alunos – afirmou Colombo, em

viagem ao Alto Vale do Itajaí.

Com esta última proposta, segue valendo a formação de um grupo de trabalho, com que terá quatro representantes dos professores, para discutir a tabela salarial do magistério, alterada pela proposta do governo.

– A partir de agora, qualquer negociação será feita dentro deste grupo. O governo chegou ao limite – ressaltou o Secretário da Educação, Marco Tebaldi, que considera que a greve “virou um movimento político e perdeu o bom senso”.

Se, para o governo, as negociações terminaram, o comando de greve do Sinte estará reunido, hoje, para decidir quais serão as próximas medidas. A categoria reivindica a aplicação do piso, com manutenção das diferenças nos níveis salariais.

– Os professores querem saber de que maneira o governo vai recompor a tabela salarial deles. Querem prazos e uma certeza de que isso será feito – ressaltou o diretor do Sinte, Aldoir Kraemer.

A assembleia de ontem foi marcada por vaias e xingamentos sempre que um professor defendia o fim da greve ao microfone. A coordenação do Sinte também foi criticada. Alguns professores chegaram a propor a mudança dos nomes que lideram as negociações.

Mas a situação não incomoda a cúpula do sindicato.

– Estou muito tranquila pelo trabalho que tem sido feito. Tudo que Sinte fez até agora foi pela defesa da categoria – argumentou a coordenadora estadual do Sinte, Alvet Bedin.

[julia.antunes@diario.com](mailto:julia.antunes@diario.com)



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Reportagem Especial	Data: 7/7/11
Assunto: Virada de jogo – Uma greve que não acaba		Página: 6 e 7

Os entraves

TABELA SALARIAL

Os professores pedem a aplicação do piso de R\$ 1.187 em toda a tabela salarial, que foi achatada pelo governo. Antes, a diferença entre os 12 níveis de docentes – do médio ao doutorado – era de 8,48%, o que não existe mais. Os educadores querem, então, que o Estado apresente prazos e de que maneira vai recompor a tabela.

AVANÇOS

Para os professores, não houve avanços – ou foram mínimos – e a regência de classe nem deveria ter sido reduzida. Por isso, não é evolução o governo voltar a pagar o valor de antes, a partir de janeiro. Apesar disso, as propostas do governo deram um salto de R\$ 14 milhões a mais de gastos por mês, para R\$ 32 milhões, em 2012.

Sem reposição aos sábados

EDINARA KLEY

Todos os professores que pararam, mesmo que por alguns dias, vão ter de repor o conteúdo perdido. Esta é a garantia da Secretaria de Educação, que já definiu reposição nas férias de julho e dezembro. Aulas aos sábados foram descartadas pelo governo.

Os profissionais que não aderiram à paralisação não terão seu calendário escolar afetado. A diretora de Ensino Básico e Profissional do Estado, Gilda Mara Marcondes Penna, explica que a forma de ministrar os conteúdos e os horários das aulas devem ser acertados entre direção e professores quando a greve chegar ao fim.

– Acreditávamos que a greve acabaria hoje. Como não terminou, não temos como precisar mais nada – fala a diretora.

Outro ponto que já está sendo discutido na secretaria é a possível contratação de professores temporários para assumirem a classe enquanto os efetivos não voltam.

Isso pode acontecer caso a Justiça acate o pedido de retorno imediato às aulas, protocolado por pais de alunos da rede estadual por meio de uma ação.

– É dever do Estado a garantia da educação. Se a Justiça determinar o retorno das aulas, contratar temporários será a única maneira de atendê-la – destaca a diretora.

Minuto a minuto, pelo [www.diario.com.br](http://www.diario.com.br)

A assembleia de ontem teve cobertura ao vivo do [www.diario.com.br](http://www.diario.com.br). No pico de audiência, às 16h30min, havia 6,7 mil internautas acompanhando pelo site. A cobertura foi seguida por 16,9 mil.

14:48

Coordenação do Sinte faz a abertura da assembleia. Coordenadora Alivete Bedin começa a falar.

14:48

Alivete explica como estão as negociações com o governo.

14:50

Alguns professores vão à coordenadora.

14:54

Depois de uma pausa nos protestos, Alivete volta a falar.

15:02

Há 70 pessoas na fila para falar no microfone.

15:46

Até esta hora, quem falou foi a favor da continuidade.



15:05

Apenas três professores se pronunciaram pelo fim da greve até este horário.

15:08

Um professor pergunta quem volta às aulas amanhã, poucos levantam a mão.

15:10

Professores divergem: alguns querem o fim da greve e outros reivindicam a continuidade.

15:13

Chega a informação de que a Justiça rejeita pedido de suspensão da liminar sobre devolução dos salários dos professores.

15:15

Professor defende a suspensão da greve e é vaiado.

15:16

Clima esquenta na passarela, professores estão divididos.



15:51

VOTAÇÃO: a maioria levanta os braços pela manutenção da greve.

15:58

Acaba a assembleia, professores vão em passeata para a Secretaria da Educação.



## CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Reportagem Especial	Data: 7/7/11
Assunto: Virada de jogo – Uma greve que não acaba		Página: 6 e 7

# Descontos continuam proibidos

A Justiça estadual negou ao governo do Estado a suspensão da liminar que determina a devolução do desconto pelos dias parados e foi favorável à ação movida pelo Sinte, na última quarta-feira.

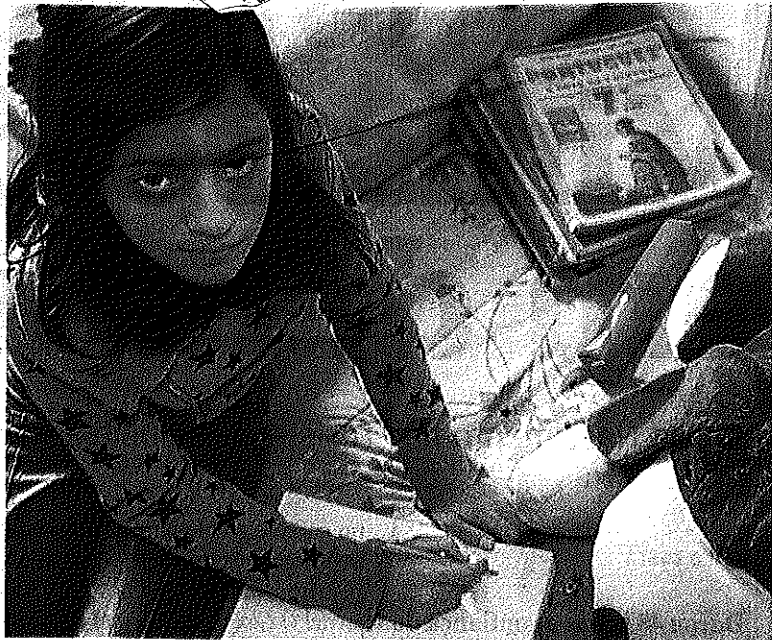
Além de pagar o que foi descontado, o governo não pode mais abater os dias que os grevistas deixarem de trabalhar.

Para o advogado do Sinte, José Sérgio Cristóvam, a decisão da Justiça foi uma vitória histórica para o magistério. Como o governo deveria ter pago os descontos até terça-feira, conforme determinou o juiz Hélio do Valle Pereira, o advogado do Sinte protocolou, ontem, o pedido do cumprimento da decisão judicial em até 24 horas, sob pena de multa diária ao Estado.

– Descumprimento judicial pode ser caracterizado como crime. Pedimos uma multa diária de R\$ 100 mil, caso o governo continue desobedecendo à decisão – disse.

O secretário estadual da Educação, Marco Tebaldi, informou que uma folha suplementar, para o pagamento dos descontos, já foi preparada, mas revelou que o governo do Estado não desistiu do desconto e recorrerá da decisão no Supremo Tribunal Federal.

– Lamentamos que essa informação tenha saído no momento da assembleia estadual, o que pode ter influenciado no resultado – observou o secretário.



DIÓGENES PANDINI

Samira diz que não aguenta mais ficar em casa e quer ir para a escola

## Agonia pela volta às aulas

Joinville

A pequena Samira Santos Martins, 11 anos, ficou triste ao saber que vai ter que esperar mais tempo para voltar à escola.

– Não aguento mais ficar em casa – resumiu a menina.

Desde o início da greve, a escola onde ela estuda, a Dom Pio de Freitas, no Bairro Floresta, em Joinville, está com aula apenas nas séries iniciais. Samira, que está na 7ª série, aguardava que a tarde de ontem fosse colocar fim à paralisação.

Ela é a filha mais nova e a irmã já tem 23 anos. A escola, além de ser o local onde estuda, é a oportunidade que ela tem para conviver com pes-

soas da idade dela.

– Ela vai de vez em quando na vizinha, mas lá as crianças são pequenas – disse a mãe, Ana Maria Borba Chaves.

A mãe de Samira, Ana Maria Borba Chaves, é professora aposentada e já participou de uma greve quando trabalhava no Paraná.

– Algumas pessoas até mandam os filhos para a escola, mas eu preferi que ela ficasse em casa porque ela não vai aprender nada neste período – declarou.

Ontem mesmo, a mãe ligou para a diretora em busca de novidades:

– Minha maior preocupação não é com a reposição dos dias, sim, com a reposição do conteúdo.



## CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Reportagem Especial	Data: 7/7/11
Assunto: Virada de jogo – Uma greve que não acaba		Página: 6 e 7

# Rotina alterada pela greve

Criciúma

MARCELO BECKER

A greve dos professores foi tema de conversas e reflexões importantes na família da dona de casa Maria de Lourdes Bernardes Darout, de Criciúma. Por causa do impasse entre o magistério e o governo, ela decidiu transferir a filha Vanessa, 17 anos, para uma escola particular como forma de evitar que a adolescente perca o ano letivo e não realize em 2012 o sonho de ir para uma universidade.

A irmã Daniela, 15 anos, segue estudando no Centro de Educação Profissional (Cedup) Abílio Paulo e estavam apreensivas. A caçula da

família ajuda a mãe em casa, mas não vê a hora de voltar à escola.

– Quero ir para a aula o quanto antes – conta a garota.

A situação de Vanessa era a mais complicada para a família do Bairro Primeira Linha. Ela trabalha em uma loja de telefones celulares no Centro de Criciúma e já planejava o curso pretendido e o vestibular, mas a greve mudou os planos.

– Ficamos a semana passada inteira decidindo o que faríamos. Não tive outra saída a não ser procurar uma escola particular no Centro, pois ficamos com medo dela perder o ano – conta Maria de Lourdes.

[marcelo.becker@diario.com.br](mailto:marcelo.becker@diario.com.br)

# Oeste vai discutir decisão

Chapecó

SIRLI FREITAS

O resultado da assembleia de ontem ainda vai ser discutido em algumas das regionais do Sinte. São localidades que haviam decidido encerrar a paralisação, mas que foram derrotadas no encontro de ontem na Capital.

No Oeste do Estado, onde predominou a volta às aulas, as regionais de Chapecó, Xanxerê e Maravilha, que haviam decidido, na segunda-feira, que aceitariam a proposta do governo e voltariam para a sala de aula, ontem repensaram a situação.

A decisão da assembleia, em Florianópolis, pela continuidade da greve, deixou muitos professores di-

vididos pelo interior do Estado.

Para o coordenador regional do Sinte em Chapecó, Cleber Ceccon, é preciso fazer uma nova discussão para ouvir a opinião dos professores sobre o encontro da Capital.

– Entendemos que a decisão da assembleia deverá ser acatada. Porém, vale discutir com os professores se todos estão de acordo – declarou Ceccon.

Uma nova reunião está marcada para hoje, às 15h, no pavilhão da Igreja Matriz de Chapecó, para decidir a possibilidade de continuar com a greve ou voltar para a sala de aula nos próximos dias.

[sirli.freitas@diario.com.br](mailto:sirli.freitas@diario.com.br)



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Reportagem Especial	Data: 7/7/11
Assunto: Virada de jogo – Uma greve que não acaba		Página: 6 e 7



Reunidos na Passarela Nego Quirido, os educadores decidiram por maioria continuar fora das salas de aula

### Assembleias regionais x Assembleia estadual

Mesmo com a decisão de 17 assembleias regionais pelo fim da greve, contra 11 pela continuidade, é na assembleia estadual que se tem a palavra final. Nos dois tipos de assembleias, a votação é feita por braços levantados dos professores presentes. Ontem, como a maioria dos docentes era de Florianópolis, São José, Criciúma e

Tubarão – regionais que pediam a continuidade – a maioria dos votos na assembleia estadual foi pela permanência. A maioria das regionais que votaram pelo o fim do movimento, é do Extremo-Oeste, Oeste e Planalto. O deslocamento até a Capital é um dos fatores que pesa na quantidade de professores presentes.

Para o Sinte, as regionais dão um indicativo do que pode acontecer, mas a estadual é que decide. Segundo o sindicato, o encaminhamento de uma assembleia estadual é soberana, democrática e respeita a vontade da maioria presente. O Sinte considera equivocado falar que a minoria venceu, ou que um voto pesa mais que outro.



## CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Roberto Azevedo	Data: 7 /7/11
Assunto: Oportunidade perdida/afunilou/Sem retaliação/Medidas		Página: 10

# Oportunidade perdida

A continuidade da greve dos professores estaduais provocou um giro de 180 graus na percepção da opinião pública. Iniciada com apoio amplo da sociedade pelo argumento do piso nacional da categoria, e com o descrédito por parte do Centro Administrativo, a causa obteve adesão natural.

O equívoco, que já foi do governo, mudou de lado. Aos 51 dias de uma paralisação que ganhou contornos ideológicos e partidários, em vez da boa política sindical que conduzia as negociações até então, o movimento do magistério se atém à mudança dos patamares da regência de classe e esquece os demais avanços.

Como explicar aos pais de milhares de alunos sem aulas, que os professores estaduais dão ênfase aos acessórios

que recebem, apesar de terem a garantia de que serão repostos a partir de agosto, em parte, de 25% para 30% e de 17% a 20%, e chegariam à totalidade dos anteriores 40% e 25% em janeiro de 2012. Todos estes cálculos, acrescidos de 3,6% em agosto e 5% em janeiro do ano que vem, sobre os novos salários com base no piso nacional da categoria.

Que o integrante da rede pública estadual é mal remunerado ninguém seria capaz de negar. Tampouco que perde hoje em termos salariais por resultado de uma sequência infundável de políticas de abonos questionável e que a regência é uma alavanca.

Pior que este quadro são as cenas lamentáveis verificadas durante a assembleia dos professores, na tarde de ontem, na Passarela Negro Quirido.

A maior parte das regionais, que pediam o fim da greve, foi ignorada pelo centralismo das decisões. Na democracia do Sinte, vale o voto de quem estava na passarela, e só.

No calor dos debates, não foi assegurada a palavra a quem defendia o fim da greve, alguns integrantes do sindicato no ato público chegaram a anunciar o pedido de prisão do governador via carro de som.

Em tempo: o próprio advogado do Sinte, José Sérgio Cristovam, esclareceu que o pedido feito ao TJ foi de cópias da parte do processo para o Ministério Público analisar se houve o descumprimento da ordem judicial pela não rodagem da folha suplementar sem os descontos dos dias parados. Se isso ocorrer, diz José Sérgio, aí, sim, caberia o pedido.

## Sem retaliação

O governo do Estado manteve a decisão de enviar à Assembleia, hoje ou, mais tardar, amanhã, o projeto de lei complementar que contém todas as propostas encaminhadas à direção do Sinte, no último domingo, em encontro com o governador Raimundo Colombo na Casa d'Agrônoma. O governador acreditava no encaminhamento.

Colombo não quer incentivar a impressão de quer retaliar a continuidade da greve. Ele soube da decisão da assembleia do magistério em Mirim Doce, no Alto Vale do Itajaí, município que foi bastante atingido pela chuva no início do ano e que recebeu um novo posto de saúde e uma nova ponte.

## Medidas

Colombo admite que, a partir de hoje, começa o trabalho de contato da Secretaria de Educação com cada diretor de escola da rede estadual.

Onde não houver professor, serão contratados profissionais em caráter temporário. A ordem é a retomada das aulas. A radicalização do movimento, de fato, não é boa para lado algum.

## Afunilou

Com o projeto dos professores, a LDO, os projetos e a PEC sobre as vendas das ações da Casan, tudo ficará para a semana que vem na Assembleia, a última antes do recesso. Aliás, ainda tem a audiência sobre a criação da Defensoria Pública.

A posição dos líderes da base governista renderá mais polêmica: são favoráveis à Defensoria Dativa, feita pela OAB.



*“Em homenagem aos professores que voltaram às aulas e em respeito à maioria que quer o fim da greve, mantivemos o projeto.”*

**RAIMUNDO COLOMBO,**  
governador do Estado, sobre a manutenção das propostas feitas ao magistério.





### CLIPPING

<b>Veículo: Diário Catarinense</b>	<b>Editoria: Visor</b>	<b>Data: 7/7/11</b>
<b>Assunto: Tim-Tim</b>		<b>Página: 3</b>

#### TIM-TIM

Um grupo de cerca de 20 professores foi jantar no Pá di Pizza, no Centro de Floripa, para comemorar... a continuidade da greve.

<b>Veículo: A Notícia</b>	<b>Editoria: Cláudio Prisco</b>	<b>Data: 7/7/11</b>
<b>Assunto: Greve</b>		<b>Página: 22</b>

#### GREVE

Enquanto o adjunto Eduardo Dechamps acompanhou o governador no roteiro pelo Alto Vale, o secretário Marco Tebaldi ficou de plantão em Florianópolis, na expectativa da assembleia estadual dos professores.



### CLIPPING

<b>Veículo: Jornal de SC</b>	<b>Editoria: Geral</b>	<b>Data: 7/7/11</b>
<b>Assunto: Greve – Sem data para o recomeço das aulas</b>		<b>Página: Online</b>

## GREVE

### Sem data para o recomeço das aulas

#### **Maioria dos docentes decide pela continuidade da paralisação**

FLORIANÓPOLIS - A greve do magistério na rede estadual, que chega hoje ao 51º dia, continuará por tempo indeterminado. Esta foi a decisão da maioria dos professores presentes ontem à assembleia estadual, em Florianópolis. Para o governo, o voto representa a vontade de uma minoria, já que das 30 assembleias regionais feitas segunda e terça-feira, 17 decidiram pelo fim da paralisação.

Terminada a assembleia, os professores saíram em passeata até a Secretaria da Educação. Segundo o Sindicato dos Trabalhadores em Educação (Sinte), eram 5 mil professores. A Polícia Militar avaliou entre 2 mil e 3 mil presentes.

Mesmo com a decisão pela continuidade, o governo voltou a afirmar que as negociações terminaram. Hoje, será encaminhado à Assembleia Legislativa o projeto de lei complementar, com o texto da proposta apresentada domingo, em que parte dos percentuais da regência de classe – uma gratificação sobre o salário-base – são recompostos a partir de agosto.

A decisão é do governador Raimundo Colombo. De acordo com ele, a atitude é em respeito à maioria dos professores, que votou, em assembleias regionais, pelo retorno às aulas e que, ontem, foi contrariada pela assembleia estadual.

– Quando isso acontece, a greve passa a não ter sentido e passa a ser política, com prejuízo à educação e aos alunos – afirmou Colombo, em viagem ao Alto Vale do Itajaí.

Com esta última proposta, continua valendo a formação de um grupo de trabalho, que terá quatro representantes dos professores, para discutir a carreira do magistério, alterada nas quatro opções apresentadas até então.

– A partir de agora, qualquer negociação será feita dentro deste grupo. O governo chegou ao limite – ressaltou o secretário da Educação, Marco Tebaldi.

#### **Categoria se reúne hoje para decidir próximas medidas**

Se para o governo as negociações terminaram, o comando de greve do Sinte estará reunido, hoje, para decidir quais serão as próximas medidas. A categoria reivindica a aplicação do piso na carreira.



– Os professores querem saber de que maneira o governo vai recompor a tabela salarial deles. Querem prazos e uma certeza de que isso será feito – ressaltou o diretor do Sinte, Aldoir Kraemer.

A assembleia de ontem foi marcada por vaias e xingamentos sempre que um professor defendia o fim da greve ao microfone. A coordenação do Sinte também foi criticada. Chegaram a propor a mudança de todos os nomes que lideram as negociações.

Mas a situação não incomoda a cúpula do sindicato.

– Estou muito tranquila pelo trabalho que o sindicato tem feito. Tudo que ele fez até agora foi pela defesa da categoria – argumentou a coordenadora estadual do Sinte, Alvetete Bedin.

[julia.antunes@diario.com](mailto:julia.antunes@diario.com)

JÚLIA ANTUNES LORENÇO

OS ENTRAVERES

#### **Tabela salarial**

- Os professores pediam a aplicação do piso do magistério de R\$ 1.187 para toda a carreira, que foi achatada pelo governo
- Antes, a diferença entre os 12 níveis de docentes – do médio ao doutorado – era de 8,48%. Esse percentual não existe mais. Os educadores querem que o Estado apresente prazos e de que maneira vai recompor a tabela salarial

#### **Avanços**

- Para os professores, não houve avanços. Eles argumentam que a regência de classe não deveria ter sido reduzida. Por isso, quando o Estado diz que vai pagar o valor de antes, não representa evolução
- Apesar disso, as propostas do governo saltaram de R\$ 14 milhões de gastos a mais por mês para R\$ 32 milhões mensais



## CLIPPING

<b>Veículo: Jornal de SC</b>	<b>Editoria: Geral</b>	<b>Data: 7/7/11</b>
<b>Assunto: Greve – Estado garante que conteúdo perdido será repostado</b>		<b>Página: Online</b>

### GREVE

#### **Estado garante que conteúdo perdido será repostado**

Todos os professores que pararam, mesmo que por alguns dias, vão ter de repor o conteúdo perdido. Esta é a garantia da Secretaria de Educação, que já definiu reposição nas férias de julho e dezembro. Aulas aos sábados foram descartadas pelo governo.

Os profissionais que não aderiram à paralisação não terão o calendário escolar afetado. A diretora de Ensino Básico e Profissional do Estado, Gilda Mara Marcondes Penha, explica que a forma de ministrar os conteúdos e os horários das aulas devem ser acertados entre direção e professores quando a greve chegar ao fim:

– Acreditávamos que a greve acabaria hoje. Como não terminou, não temos como precisar mais nada.

#### **Governo avalia contratar profissionais temporariamente**

Outro ponto que já está sendo discutido na secretaria é a possível contratação de professores temporários para assumir a classe enquanto os efetivos não voltam. Isso pode ocorrer caso a Justiça acate o pedido de retorno imediato às aulas, protocolado por pais de alunos da rede estadual.

– É dever do Estado a garantia da educação. Se a Justiça determinar o retorno das aulas, contratar temporários será a única maneira de atendê-la – destaca a diretora.

#### **POR QUE A GREVE SE MANTEVE**

- Mesmo com a decisão de 17 assembleias regionais pelo fim da greve, contra 11 pela continuidade, é na assembleia estadual que se tem a palavra final. Nos dois tipos de assembleias a votação é feita por braços levantados dos professores presentes

- Ontem, como a maioria dos docentes era de Florianópolis, São José, Criciúma e Tubarão – regionais que pediam a continuidade – a maioria dos votos na assembleia estadual também foi pela permanência

- Para o Sinte, as regionais dão um indicativo do que pode acontecer, mas a estadual é que decide. O encaminhamento de uma assembleia estadual é soberano, democrático e respeita a vontade da maioria presente



CLIPPING

<b>Veículo:</b> Jornal Folha- Videira e Região	<b>Editoria:</b> Especial	<b>Data:</b> 25/06/11
<b>Assunto:</b> Analfabetismo		<b>Página:</b> 12 e 13

## ANALFABETISMO

Número em Videira é menor que média estadual, segundo censo

Entre os dados mais recentes divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), referentes ao Censo 2010, está a taxa de analfabetismo da população. Para a pesquisa, são consideradas analfabetas pessoas com 10 anos ou mais, que não sabem ler nem escrever. Dentre os 190.755.799 habitantes do país, 9,02% se declararam analfabetos. Santa Catarina, que tem 6.178.603 habitantes, é o segundo Estado mais alfabetizado, tendo apenas 3,86% de analfabetos, perdendo para o Distrito Federal, onde a taxa é de 3,25%.

Entre os municípios do Meio-oeste, Videira ocupa a segunda melhor colocação. Com 47.188 habitantes, a taxa de analfabetismo ficou em 3,32%, mantendo-se à baixo da média estadual e perdendo apenas para Iomerê, onde a marca é de 2,95% (Confira na tabela ao lado, os dados dos municípios).

De acordo com a gerente Regional de Educação em Videira, Roberta Martinez, o índice de pessoas que não sabem ler e escrever da região, está relacionado à população jovem e adulta, sendo raros os casos de crianças. Para ela, que é educadora há duas décadas, o desenvolvimento de políticas educacionais ao longo dos últimos anos é um dos motivos para a redução do índice de crianças analfabetas.

Dentre as melhorias propiciadas pelo desenvolvimento de políticas públicas, Roberta cita o aumento do Ensino Fundamental, de oito para nove anos, a implantação do Ensino Médio profissionalizante, além das escolas em período integral, este último, em fase de estudos para implantação. “Estas políticas dão a todos o direito de se alfabetizarem gratuitamente, seja nas escolas regulares (para crianças), seja nos centros para jovens e adultos ou através de programas como o Brasil Alfabe-

tizado”, explica.

Outro fator que influenciou bastante para a redução do número de crianças analfabetas, segundo Roberta, é a obrigatoriedade de que crianças até 14 anos frequentem a escola e concluam o Ensino Médio. “Quando nos referimos a adultos, podemos citar a ação de empresas, como a Brasil Foods, que empregam pessoas analfabetas, sob a exigência de que voltem a estudar para se manterem em seus empregos”, comenta.

Roberta acredita que nos próximos anos, a taxa de analfabetismo não só da região, mas em todo o Estado, e também no país, tende a diminuir ainda mais. “Alfabetizar nossas crianças é nossa obrigação e direito delas garantido em Lei. O que é mais difícil, é evitar a evasão, especialmente do ensino médio, uma vez que não há uma lei que obrigue a conclusão deste nível”, lamenta.

Para Roberta, todos estes fatores contribuem para que as crianças entrem na escola e dêem continuidade aos seus estudos. “Antigamente as dificuldades para estudar eram maiores, não haviam leis que obrigassem as crianças a estarem na escola, por isso, muitas cresceram sem sequer saber escrever seu nome ou tendo feito apenas o primário”.

### Taxa de Analfabetismo nos municípios do Meio-Oeste

Arroio Trinta	5,1%
Fraiburgo	5,9%
Iomerê	2,95%
Pinheiro Preto	4,2%
Tangará	Superior à 6%
Videira	3,32%
Salto Veloso	Superior à 6%

### Confira o ranking dos estados brasileiros

Brasil	9,02%
Distrito Federal	3,25%
Santa Catarina	3,86%
Rio de Janeiro	4,09%
São Paulo	4,09%
Rio Grande do Sul	4,24%
Paraná	5,77%
Mato Grosso do Sul	7,05%
Goiás	7,32%
Espírito Santo	7,52%
Minas Gerais	7,66%
Mato Grosso	7,82%
Amapá	7,89%
Rondônia	7,93%
Amazônas	9,60%
Roraima	9,69%
Pará	11,23%
Tocantins	11,88%
Acre	15,19%
Bahia	15,39%
Pernambuco	16,73%
Sergipe	16,98%
Ceará	17,19%
Rio Grande do Norte	17,38%
Maranhão	19,31%
Paraíba	20,20%
Piauí	21,14%
Alagoas	22,52%



# Reencontro com o conhecimento

Aos 49 anos, a serviços gerais Florísia Rodrigues Soares, se enquadra no perfil descrito por Roberta e Mara. Natural da cidade de São João, no interior do Paraná, ela e os irmãos precisavam caminhar diariamente dois quilômetros para chegar à escola primária do município.

Com a conclusão da quarta série do Ensino Fundamental, as crianças precisariam ser levadas para a cidade grande para que pudessem dar continuidade aos estudos. “Mas o pai não tinha condições de nos mandar estudar na cidade, era muito longe e caro. Paramos de estudar e ficamos ajudando no sustento em casa, trabalhando na roça”, lembra dona Flor, como é carinhosamente chamada pelos amigos.

Trabalhando de segunda à sexta-feira como serviços gerais da Delegacia da Comarca de Videira, dona Flor foi incentivada pelos colegas a retomar os estudos. Aos sábados, ela ainda faz uns ‘bicos’ como diarista. Para estudar, lhe sobram apenas os domingos, mas isto não é motivo para que ela deixe de se dedicar.

Desde março, ela e uma de suas filhas, Maria Inês Soares, 32 anos, começaram a frequentar as aulas do Ceja – Telecurso, em Videira. “Mesmo tendo saído da escola, eu nunca deixei de

ler pra praticar o que já tinha aprendido e não esquecer. Depois que voltei pra sala de aula, já aprendi a ler melhor e escrever usando a pontuação”, conta entusiasmada dona Flor.

Maria Inês, assim como dona Flor, estudou apenas até a quarta série e, motivada pelo exemplo da mãe, decidiu voltar a estudar. “Estudando mais eu posso incentivar meus filhos pra não pararem de estudar pra que tenham um futuro melhor, diferente do nosso”, completa.

Professora de alfabetização para jovens e adultos há 12 anos, Maria Helena Szygaeski, acompanha diariamente o desenvolvimento de mãe e filha dentro de sala de aula. “Para mim é uma honra trabalhar com pessoas

como a dona Flor e a Maria Inês. São batalhadoras, hoje têm um sonho e lutam para realizá-lo. Alfabetizar adultos é uma tarefa mais trabalhosa, mas que me enche de orgulho pela dedicação que eles têm”, completa a professora.



FOTO: NUBIA GARCIA/FOLHA

Aos 49 anos, dona Flor retomou os estudos, no Ceja, em Videira

# Educadores lutam contra evasão

A coordenadora pedagógica das escolas de ensino fundamental da Secretaria de Educação de Videira, Mara Lúcia Secchi Mezaroba, também acredita que hoje o número de jovens e adultos não alfabetizados é resultado de defasagem na educação há algumas décadas. “Hoje os educadores lutam contra a evasão escolar e a reprovação,

FOTO: ARQUIVO/FOLHA



Mara Mezaroba

trabalhando para fazer com que os alunos sejam encaminhados pro mercado de trabalho”, afirma.

Segundo Mara, quando um aluno reprova mais de uma vez, a probabilidade de evasão escolar é grande, entretanto, este mesmo aluno, quando vai para o mercado de trabalho e sente a necessidade da educação, corre atrás de formação. É neste momento que a maioria procura os Centros de Educação de Jovens e Adultos (Ceja). “O trabalho com estes jovens serve para, além de mostrar a importância da educação, resgatar a sua própria importância como indivíduo perante a sociedade. Quem tem conhecimento, tem mais aproveitamento das interações com os grupos sociais”, diz.



Hoje os educadores lutam contra a evasão escolar e a reprovação, trabalhando para fazer com que os alunos sejam encaminhados pro mercado de trabalho



CLIPPING

<b>Veiculo:</b> Jornal Metas- Gaspar	<b>Editoria:</b> Geral	<b>Data:</b> 29/06/11
<b>Assunto:</b> Alunos dão cor e vida ao Cristo Rei		<b>Página:</b> A9

# Alunos dão cor e vida ao Cristo Rei

DIRÉTO AO ASSUNTO

**Projeto está sendo desenvolvido com alunos da Escola Arnaldo Agenor Zimmermann**

**A**os poucos, os muros e paredes do Salão Cristo Rei, no Centro de Gaspar, estão ganhando um colorido especial. A pintura faz parte de um projeto desenvolvido pela professora Glaci Dione Imianoski, que neste ano está sendo realizado com a ajuda dos professores de artes Luisiane Rúbia Bittencourt e Elocir Hoffmann. Conforme explica Glaci, a atividade é realizada em Gaspar há oito anos. "Cada ano o projeto é desenvolvido com uma escola diferente, sempre abordando novos temas", explica.

Este ano, a pintura está

sendo realizada por alunos das 6<sup>a</sup>, 7<sup>a</sup> e 8<sup>a</sup> séries da Escola de Educação Básica Arnaldo Agenor Zimmermann, no bairro Bela Vista. Ao todo, 12 estudantes estão envolvidos no projeto. "Este ano o tema escolhido foi os 150 anos da criação da freguesia de São Pedro Apóstolo", ressalta a professora.

Os trabalhos iniciaram há pouco mais de uma semana, e a intenção é deixar tudo pronto até amanhã (30). "Queremos as pinturas prontas para a festa de São Pedro", afirma. Entre os desenhos estão réplicas da primeira, segunda e atual igreja matriz. Além disso, nos muros e nas paredes será possível ver imagens de freis, da barca, de São Francisco, entre outros.

"É muito gratificante poder realizar este trabalho com os estudantes. Acredito que esta é uma forma de descobriremos talentos e também é uma oportunidade que muitos estudantes tem para mostrar o que são capazes de fazer", explica

Glaci.

A professora Luisiane ressalta o apoio que o projeto tem recebido dos pais. "Sabemos que a arte tem o poder de transformar a vida das pessoas e este projeto contribui também para aumentar o conhecimento dos alunos", diz. Para o professor Elocir, a atividade faz com que os alunos aprendam com a prática. "Durante a pintura é possível passar novas técnicas para os estudantes, que dificilmente seriam ensinadas em sala de aula", ressalta.

A aluna Bruna Rodrigues Pedro, de 10 anos, que está participando do projeto, não esconde a empolgação com a pintura. "Está sendo muito divertido participar da atividade. Esta é a primeira vez que pinto em muros e paredes", disse. Além das pinturas nos muros e paredes, os alunos confeccionaram bandeirolas, para enfeitar o local. As tintas utilizadas para as pinturas foram cedidas pela Igreja Matriz São Pedro Apóstolo.



## CLIPPING

<b>Veículo:</b> Jornal Metas- Gaspar	<b>Editoria:</b> Dia-a-dia	<b>Data:</b> 29/06/11
<b>Assunto:</b> Jornal Metas vai à escola		<b>Página:</b> A10

# Jornal Metas vai à escola

## Iniciativa da professora leva à produção de um jornal na Agenor Zimmermann

A professora Mazilde Roberto Mendonça, da Escola Arnaldo Agenor Zimmermann, no bairro Bela Vista, percebeu a dificuldade de seus alunos da 4ª série no domínio da escrita e do interesse pela leitura. Ela não teve dúvida, procurou um meio de estreitar esse relacionamento dos estudantes com a linguagem escrita e falada. Mazilde iniciou um projeto inédito na escola em que utiliza o jornal impresso como meio de familiarizar os alunos com a expressão oral e escrita. Em sala de aula, a Mazilde passou a utilizar as edições de quarta-feira do Jornal Metas para aprimorar na turma a argumentação, trabalho em grupo e ampliação do vocabulário. A professora argumenta que de acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) a língua não é um simples sistema de regras, mas uma atividade interativa, portanto, não deve ser ensinada na escola como "domínio de um código específico". Assim, complementa Mazilde, "o contato com o jornal faz com que o aluno desenvolva habilidades, interaja com os colegas e o mais importante, seja capaz de reconhecer o jornal como fonte de informação".

E para tornar essa interação ainda mais evidente, a professora e seus 47 alunos vão produzir um jornal em sala de aula. A primeira etapa foi conhecer como é feito um jornal. Para isso, Mazilde convidou a diretoria e a coordenação de redação do

Jornal Metas para um palestra na escola.

"Atendemos imediatamente a proposta da professora, pois é justamente este um dos papéis da imprensa, ou seja, criar nas futuras gerações o hábito da leitura seja ela em papel ou na própria internet", diz o diretor do Jornal Metas, José Roberto Deschamps.

Durante cerca de uma hora, Roberto e o coordenador de Redação do JM, jornalista Alexandre Meló, explicaram as etapas de produção de um jornal sob os olhares atentos de uma curiosa plateia. As dúvidas eram as mais diversas, desde como se busca a notícia, a impressão do jornal (colorida ou em preto e branco?), a diferenciação dos cadernos, compreensão das legendas das fotos e o contato com os diversos gêneros textuais.

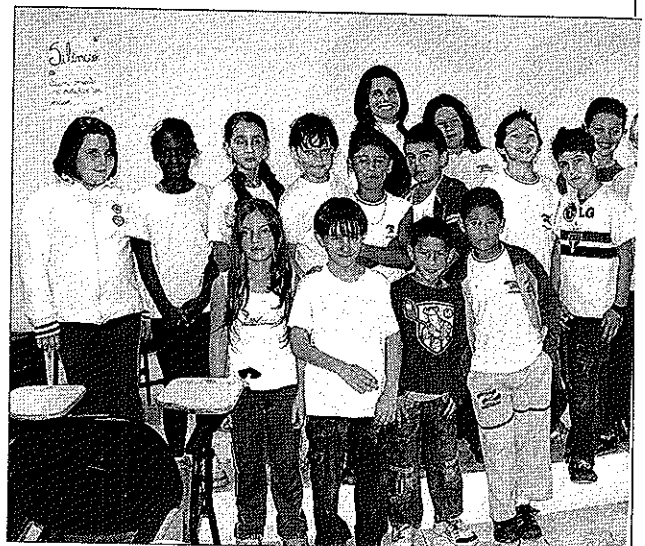
"Fiquei sinceramente impressionado com o nível de interesse dos alunos, isto mostra como é importante o nosso papel na comunidade", observa Melo. "Este tipo de trabalho também contribui para formar cidadãos críticos e transformadores da realidade", acrescenta a professora Mazilde que considerou as explicações bastante esclarecedoras para o trabalho que irá desenvolver daqui para frente em sala de aula.

Antes da tarefa de elaborar o jornal, a professora realizou algumas atividades preliminares para despertar nos alunos a curiosidade e o interesse pelas reportagens. Nas aulas de quarta-feira, cada aluno recebe um exemplar do Jornal Metas (cedido gratuitamente pela Editora Metas). Num primeiro momento, os alunos tiveram a liberdade de ler as reportagens que mais

lhes interessavam. Em outra aula, a professora recortou algumas notícias e fez os alunos trabalharem em dupla na interpretação do texto.

Mazilde também utilizou a técnica "quebra-cabeça" em que recortou partes do texto e os alunos tiveram que completar com suas palavras, depois entregou a eles os originais para que comparassem. Em outra atividade, somente o título da reportagem foi retirada e os alunos tiveram que criar o seu próprio texto, assim como também exercitaram a função de "editores" quando produziram o título da reportagem.

A professora viu que muitos estudantes tiveram dificuldades, mas o interesse em aprender é bastante grande. "A turma está entusiasmada". Curiosamente, ela contou que a seção de Classificados e a editoria de Esportes foram as que mais interessaram aos alunos. O Jornal Metas vai estar acompanhando e auxiliando o trabalho dos alunos durante a elaboração do jornal na escola.



A turma vai preparar um jornal na escola





CLIPPING

<b>Veículo:</b> O Estado de São Paulo	<b>Editoria:</b> Vida	<b>Data:</b> 06/07/11
<b>Assunto:</b> Pressão de movimentos sociais motiva emendas em plano para a educação		<b>Página:</b> A14

# Pressão de movimentos sociais motiva emendas em plano para a educação

Rafael Moraes Moura / BRASÍLIA

Em tramitação na Câmara, o Plano Nacional de Educação (PNE) foi inundado por emendas repletas de “boas intenções” que pretendem tornar mais ambiciosas as metas traçadas para esta década. Num esforço para atender movimentos sociais e sindicatos, os deputados ergueram várias bandeiras: universalização da demanda por creche, 10% do PIB para a educação e a destinação de 50% dos recursos do pré-sal para a área, o que havia sido vetado no governo Lula.

Segundo a comissão especial criada para tratar do PNE na Câmara, o PT foi a legenda que mais apresentou emendas: 1.422 ou 48,9% do total de 2.906. É seguido por PC do B (425), PSOL (261), PSDB (206) e PMDB (157). Os partidos da base governista propuseram 81,2% das emendas, ante 18,8% da oposição (mais informações nesta pág.).

“A quantidade de emendas surpreendeu de forma positiva, embora não tenhamos uma participação da opinião pública na discussão. Os movimentos sociais, por outro lado, estão extremamente ativos”, diz o deputado Gastão Vieira (PMDB-MA), pre-

sidente da comissão.

Segundo ele, a grande maioria das emendas repete propostas apresentadas na Conferência Nacional de Educação (Conae) que não haviam sido aproveitadas pelo Executivo, quando o texto foi mandado ao Congresso, em dezembro passado.

Esmiuçado em 10 diretrizes e 20 metas, o plano prevê a oferta de educação infantil para 50% da população de até 3 anos, políticas de aumento do rendimento dos professores, destinação de recursos do Fundo Social do pré-sal para a área de ensino e ampliação do investimento público em educação até atingir 7% do PIB. Vieira pretende votar o plano na comissão até novembro; de lá, o texto segue para o Senado.

Campeã no número de emendas, a deputada Fátima Bezerra (PT-RN) defende igualar o rendimento do magistério da educação pública ao de demais profissionais com escolaridade equivalente “por meio de permanente aumento real do poder de compra” – a redação original fala em “aproximar” o rendimento.

Muitos parlamentares resgataram a proposta de destinar 50% do fundo social do pré-sal para educação – o texto encaminhado pelo Executivo não estabele-

ce uma porcentagem.

A bandeira de 10% do PIB para educação, uma das principais reivindicações de entidades e movimentos sociais, contou com a simpatia de governistas e opositoristas. A Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM-TO) quer ampliar o investimento (hoje, na faixa de 5%) na proporção de 1% ao ano, atingindo 10% do PIB até 2016, antes do final da vigência do PNE.

“Conseguir mais dinheiro é sempre bom, mas de onde ele vai sair?”, questiona o sociólogo Simon Schwartzman, presidente do Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade (Iets). “Aumentar o salário dos professores por si só não garante aumento da qualidade. É preciso um programa sério de recrutamento de professores e qualificação.”

A comissão discute hoje o agente catalisador para o sucesso de todos os números que circundam o PNE: a gestão e fontes de recursos para o financiamento da educação.

## EMENDAS

Metade das emendas ao PNE foi proposta por membros do PT

PARTIDOS	Nº DE EMENDAS	%
<b>Oposição</b>	<b>545</b>	<b>18,8</b>
PSOL	261	9
PSDB	206	7,1
DEM	62	2,1
PPS	16	0,6
<b>Situação</b>	<b>2.361</b>	<b>81,2</b>
PT	1.422	48,9
PC do B	425	14,6
PMDB	157	5,4
PDT	115	4
PSB	108	3,7
PR	65	2,2
PSC	27	0,9
PP	24	0,8
PRB	10	0,3
PTB	8	0,3

Os parlamentares que mais apresentaram emendas ao PNE

DEPUTADOS	EMENDAS
Fátima Bezerra (PT-RN)	515
Ivan Valente (PSOL-SP)	259
Newton Lima (PT-SP)	203
Alice Portugal (PC do B-BA)	160
Waldenor Pereira (PT-BA)	125
Paulo Rubem Santiago (PDT-PE)	113
Emiliano José (PT-BA)	112
Osmar Serraglio (PMDB-PR)	93
Dr. Ubiali (PSB-SP)	73
Artur Bruno (PT-CE)	70



## CLIPPING

<b>Veículo:</b> O Estado de São Paulo	<b>Editoria:</b> Notas e Informações	<b>Data:</b> 06/07/11
<b>Assunto:</b> O fim do vestibular nas federais		<b>Página:</b> A3

# O fim do vestibular nas federais

**A** pesar das trapaalhadas administrativas cometidas pelo Ministério da Educação (MEC) nas duas últimas versões do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) – com o vazamento de questões, em 2009, e erros de impressão, em 2010 –, o Conselho Universitário da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) decidiu abolir o vestibular próprio, a partir deste ano, e adotar integralmente o Sistema de Seleção Unificada (Sisu), baseado nas notas obtidas pelos estudantes no Enem. A UFRJ oferece mais de 9 mil vagas em seus vestibulares. No ano passado, 40% dos seus alunos ingressaram na universidade somente com base nas notas do Enem.

Na mesma sessão, que durou cerca de três horas, o Conselho Universitário rejeitou por 17 votos contra 12 a adoção do sistema de cotas raciais ou étnicas, optando por expandir o sistema já vigente de cotas sociais, que beneficiam alunos pobres e oriundos da rede pública de ensino básico. A partir de 2011, 30% das vagas serão preenchidas por egressos de escolas públicas – com a condição de que a renda per capita familiar dos candidatos selecionados seja de um salário mínimo (R\$ 545). Em 2010, as cotas sociais preencheram 20% das vagas oferecidas.

Como a Universidade Federal do Rio de Janeiro é uma das mais prestigiadas universidades públicas do País, essa decisão certamente estimulará ou-

tras instituições de ensino superior mantidas pela União e pelos Estados a seguir o mesmo caminho. Na rede federal, constituída por 59 universidades, a UFRJ não é a primeira a adotar o Enem como critério único para preenchimento das vagas – mas é a mais antiga e a mais importante.

A consolidação do sistema nacional de seleção unificada deverá valorizar ainda mais as avaliações do Enem. Segundo os especialistas, isso aponta um caminho sem volta para o fim dos tradicionais exames vestibulares – que medem apenas a capacidade dos estudan-

### **A UF do Rio de Janeiro abole o vestibular, adere ao Sisu e amplia o sistema de cotas sociais**

tes de memorizar conceitos e fórmulas. Por tabela, o fim do velho vestibular também pode acarretar a morte da “indústria de cursinhos”, que atrai todos os anos uma legião de vestibulandos.

Apesar dos graves problemas que a inépcia do MEC causa às escolas, às universidades e aos estudantes, nas duas últimas edições do Enem, as provas desse sistema de avaliação – criado há 13 anos pelo então ministro Paulo Renato Souza, recém-falecido – valorizam o princípio do mérito. Por serem discursivas, baseadas na interpretação histórica e conjuntural de textos longos e voltadas para o raciocínio lógico, o sucesso nessas provas depende de muita leitura, da capacidade analítica e

das habilidades e competências dos estudantes.

Desde o seu início, o Enem é muito respeitado pelos alunos do ensino médio. Entre 1998 e 2008, o teste continha 63 questões e era realizado num único dia. Com a criação do Sisu, a partir de 2009 o Enem passou a ter quatro provas objetivas, com 45 questões de múltipla escolha cada uma, além de uma redação, sendo realizado em dois dias. No primeiro Enem, em 1998, participaram cerca de 157 mil estudantes – no ano passado, o número foi 30 vezes maior, chegando a 4,6 milhões de inscritos. Para o exame deste ano, que será realizado nos dias 22 e 23 de outubro, inscreveram-se 6.221.697 estudantes.

A opção da Universidade Federal do Rio de Janeiro pelo sistema de seleção unificada do Ministério da Educação – em detrimento do vestibular próprio – e pelo sistema de cotas sociais – em detrimento do sistema de cotas raciais ou étnicas – foi bem recebida pela comunidade acadêmica e por organizações não governamentais que mantêm cursos preparatórios comunitários para jovens carentes. Eles alegam que essas decisões da UFRJ democratizam o acesso aos seus cursos de graduação sem comprometer o princípio do mérito.

Evidentemente, as mudanças promovidas na maior e mais importante universidade federal somente darão certo se os burocratas do MEC não voltarem a cometer trapaalhadas administrativas que comprometam a credibilidade do Enem, como ocorreu em 2009 e 2010.



CLIPPING

Veículo: Folha de SP	Editoria: Opinião	Data: 6/7/11
Assunto: PNE é instrumento de avanço na educação		Página: A3

# PNE é instrumento de avanço na educação

GASTÃO VIEIRA, ÂNGELO VANHONI e NEWTON LIMA

Vivemos um tempo de conjuntura econômica e social favorável ao enfrentamento dos problemas educacionais no Brasil, que podem ser sintetizados em ampliação de oportunidades e melhoria da qualidade.

Nesse contexto de condições únicas e dificuldades bem conhecidas, a sociedade se depara com a proposta do Plano Nacional de Educação (PNE) para este decênio, apresentada pelo governo ao Parlamento. Trata-se de uma boa proposta, que tem metas e estratégias ousadas e factíveis, mas que deve e será aperfeiçoada pelo Congresso.

Com esse propósito, a Comissão Especial da Câmara dos Deputados vem realizando em Brasília audiências públicas e seminários conjuntos com as Assembleias Legislativas dos Estados para debater e colher contribuições. Com isso, o PNE recebeu quase 3.000 emendas, demonstração clara da mobilização da sociedade.

Todavia, em recente artigo publicado nesta seção, sob o título “PNE é lista de Papai Noel” (16/6), Cláudio de Moura Castro, J. B. Araujo e Oliveira e Simon Schwartzman apresentaram uma leitura um tanto simplista acerca do PNE.

Os eminentes autores criticaram o processo democrático de elaboração do PNE, como se a participação da sociedade fosse algo menor na construção de um plano de metas e estratégias que deve envolver os três níveis federativos.

Além disso, os autores centram suas sugestões exclusivamente em matéria de gestão educacional.

É sabido que esse enfoque, determinante das reformas educacionais dos anos 1990, fracassou especialmente porque lhe faltava priorizar a ampliação das condições de financiamento da educação e de valorização do magistério.

As maiores economias do mundo já ensinaram que o desafio de expandir a educação com qualidade só produz bons resultados quando se combinam recursos adequados, salários atrativos e gestão eficiente.

Na contramão, nossa educação foi prejudicada ao perder muitos recursos a partir de 1994 com a desvinculação de recursos da União, e também pelo veto presidencial, em 2000, ao dispositivo do PNE anterior que, como aprovado no Congresso, determinava a aplicação de 7% do PIB em 2010.

Agora, muitas vezes propugnam pela elevação dos atuais 5% para 10% do PIB no decênio, para, entre outras metas, viabilizar a que trata da valorização profissional.

## O Congresso tem o dever de votar o melhor Plano Nacional de Educação já feito, para que o Brasil chegue ao posto de quinta potência do mundo

Nunca é demais reafirmar que o professor é o personagem central do processo educacional. Não se fará mais nem melhor se não for entendido que o docente necessita ser estimulado, dignamente remunerado e continuamente capacitado.

Em um ponto os autores estão certos: o MEC não tem instrumentos para convencer governadores e prefeitos a “gastarem o prescrito na área”. Para tanto, precisamos votar simultaneamente o projeto de lei nº

8.039, que cria a lei de responsabilidade educacional.

Ela, acompanhada da indispensável reforma tributária, permitirá que Estados e municípios tenham condições de agir mais efetivamente. Até porque toda a educação básica está nas mãos dos Estados e dos municípios.

O Congresso tem o dever de votar o melhor PNE da nossa história, para que possamos, dessa forma, elevar o Brasil ao posto de quinta potência mundial.

GASTÃO VIEIRA, advogado, é deputado federal (PMDB/MA) e presidente da Comissão Especial do Plano Nacional de Educação - PNE.

ÂNGELO VANHONI, bancário, é deputado federal (PT/PR) e relator do projeto de lei do PNE.

NEWTON LIMA, doutor em engenharia, ex-reitor da Universidade Federal de São Carlos e ex-prefeito de São Carlos, é deputado federal (PT/SP) e membro da Comissão Especial do PNE.

## Clipping

**CNTE**

### 06/07/2011 - MEC apresenta software de gestão escolar a setores da Semed

- ✦ Data: 06/07/2011
- ✦ Veículo: CIDADE VERDE.COM - PI
- ✦ Editoria:
- ✦ Assunto principal: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

[Veja a matéria no site de origem](#)

Tamanho da fonte

06/07/2011

O processo que irá culminar com a implantação do software i-Educar na rede de ensino da capital passa por mais uma etapa durante toda essa semana. A equipe de Tecnologia da Informação (TI) do Ministério da Educação (MEC) realiza reuniões de apresentação do sistema com os setores da secretaria municipal de Educação (Semed).

O foco do seu desenvolvimento é a gestão eficaz do sistema de ensino escolar, principalmente na esfera pública. A consultora de gestão educacional e TI do MEC, Suely Faria, explica que o trabalho de implantação do sistema é uma iniciativa da Semed, discutida pela própria secretaria e com o apoio do Ministério. "Para a efetiva implantação do programa, é necessário a capacitação de pessoal e a identificação da rede junto às escolas", explica Suely. Antes de se efetivar a implantação, o sistema será aplicado em uma escola-piloto para teste, antes de ser colocado em prática na rede como um todo.

O i-Educar é um software aberto para adequações das necessidades apresentadas pela rede. "Trata-se de um sistema que irá contribuir para a gestão, tanto da sede da Semed, quanto das escolas e irá contribuir para solucionar problemas como a evasão escolar, visto que o gestor será pró-ativo, identificando o gargalo e buscando resolver a questão a tempo", acrescenta Suely. A consultora está fazendo a apresentação do i-Educar juntamente com os técnicos do setor de tecnologia da informação do MEC, Pedro Luiz Martins, gerente de tecnologia e Bruno Araújo Lustosa.

A chefe de gabinete da Semed, Josefa Conceição, também participa das reuniões de apresentação do software. Ela explica que no termo de cooperação técnica firmado entre a secretaria e o MEC, que irá resultar numa série de ações, dentre as quais a implantação do i-Educar, caberá à secretaria, como contrapartida, a formação de pessoal para a gestão do sistema e a estruturação da rede. "Além disso, o governo federal disponibilizou 95 kits de informática, através do ProInfo Rural, para instalação em cada secretaria escolar. Desse total, recebemos 25 e até a implantação do novo sistema, todas as máquinas estarão aqui para utilização", declara Josefa.

O secretário Thomaz Beltrão está à frente das discussões referentes a esse termo de cooperação técnica desde o início. "Teremos um novo momento na educação pública de Maceió. A prefeitura da capital estará oferecendo uma educação de qualidade, não apenas para o hoje, mas para o futuro", conclui Beltrão.